

**HERMENÊUTICA FENOMENOLÓGICA:
A INVESTIGAÇÃO FILOSÓFICA DE HUSSERL SOBRE O QUE AFINAL
ACONTECE QUANDO OCORRE COMPREENSÃO
(UMA EXPLORAÇÃO DA PRIMEIRA INVESTIGAÇÃO LÓGICA)¹**

*Phenomenological Hermeneutics:
Husserl's philosophical investigation of what then happens when the understanding
takes place (an exploration of the first Logical Investigation)*

**George Heffernan
Merrimack College, USA**

Resumo: Este ensaio examina a explicação de Husserl sobre o que afinal acontece quando ocorre a compreensão. Os tópicos de sua Primeira Investigação Lógica são familiares ao ponto de serem menosprezadas: distinções essenciais envolvendo atos conferidores de significação e preenchedores de significação e seus conteúdos, caracterizações dos atos conferidores de significação, a flutuação dos significados das palavras e a idealidade das unidades de significação, e os conteúdos fenomenológico e ideal das vivências de significação. Uma vez feitas as distinções essenciais, a investigação abre um caminho direto. Ela conduz dos atos psicologicamente reais de significação e seus conteúdos subjetivamente flutuantes às significações logicamente ideais e seus conteúdos objetivamente constantes. Dado que aparentemente a estratégia de Husserl para lidar com expressões essencialmente ocasionais e suas significações aparentemente flutuantes pode funcionar para a Lógica pura, com sua necessidade de rigor de identidade e determinação de sentido, mas não, entretanto, para o discurso ordinário, parece que a Primeira Investigação Lógica não pode prover uma explicação sobre a compreensão. Contudo, este ensaio tenta mostrar que Husserl apresenta uma hermenêutica fundamental na Primeira Investigação Lógica e que ela se volta da linguística para a ontologia, ou de 'meras palavras' para as 'coisas elas mesmas'.

Palavras-chave: Compreensão. Hermenêutica. Fenomenologia. Husserl.

Abstract: This paper examines Husserl's account of what then happens when understanding takes place. The topics of his First Logical Investigation are familiar to the point of contempt: essential distinctions involving meaning-conferring and meaning-fulfilling acts and their contents, characterizations of meaning-conferring acts, the fluctuation of word meanings and the ideality of meaning unities, and the phenomenological and ideal contents of the experiences of meaning. Once the essential distinctions have been made, the investigation clears a straight path. It leads from mentally real acts of meaning and their subjectively fluctuating contents to logically ideal meanings and their objectively constant contents. Because it appears that Husserl's strategy for dealing with essentially occasional expressions and their apparently fluctuating meanings may work for pure logic, with its need for strictness of identity and determinacy of sense, but not for ordinary discourse, however, it seems that the First Logical Investigation cannot provide an account of understanding. Yet this paper attempts to show that Husserl presents a foundational hermeneutics in the First Logical Investigation and that it turns from linguistics to ontology, or from 'mere words' to 'things themselves'.

Keywords: Understanding. Hermeneutics. Phenomenology. Husserl.

¹ Tradução de Allan Josué Vieira, Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia/UFSC. E-mail: allanjvieira@hotmail.com

1. Introdução: A hermenêutica de Husserl na Primeira Investigação Lógica

À primeira vista, parece errôneo procurar, em absoluto, por uma hermenêutica na obra de Husserl. Pode-se mesmo perguntar se ele alguma vez usa a palavra *hermenêutica*. Ao mesmo tempo, é verdade que ele parece operar com princípios hermenêuticos básicos. Em *Crise das Ciências Europeias e a Fenomenologia Transcendental*, por exemplo, ele apela ao antigo e respeitado princípio hermenêutico de que se pode entender os pensadores do passado melhor do que eles entenderam ou mesmo poderiam alguma vez ter entendido a si mesmos (VI, 71-74)². Ainda, suas reflexões acerca de seus predecessores, por exemplo, Galileu, são exercícios exemplares de domínio de uma versão histórica do círculo hermenêutico (VI, 59-60). Como estes textos e seus contextos mostram, pode-se mesmo ir tão longe a ponto de dizer que Husserl frequentemente não apenas opera com princípios hermenêuticos, mas também ocasionalmente reflete sobre eles. Assim, a hermenêutica não é somente operativa, mas também temática em sua obra. Contudo, não há questão sobre se se pode encontrar em Husserl algo como a hermenêutica sistemática que se encontra em Agostinho, Schleiermacher, Dilthey, Heidegger, Gadamer e outros pensadores que focalizaram a compreensão como um tópico central de suas obras.

Por outro lado, isto também depende do que se entende por ‘hermenêutica’, um termo dificilmente popular no ambiente filosófico no qual Husserl originou a maior parte de sua filosofia. Após hesitar inicialmente, Husserl caracterizou sua filosofia não como uma “psicologia descritiva” (XVIII, 12-13; XIX/1, 22-24; XX/1, 313), mas, antes, como “fenomenologia transcendental” e como “idealismo transcendental” (I, 114-121). Além disso, a visão de que a hermenêutica é o empreendimento de estabelecer um método de acordo com o qual a verdade pode ser derivada de textos pela aplicação de regras representa uma compreensão limitada e inadequada da disciplina. Em *Verdade e Método*, uma obra cujo título torna seu conteúdo e foco fáceis para, baseando-se em pré-juízos, mal entendê-los, Gadamer sugere que a hermenêutica não é a atividade de gerar regras para a extração da verdade a partir de textos, mas, antes, reflexão filosófica sobre o que afinal acontece quando ocorre a compreensão³. Baseado nessa compreensão mais útil e frutífera do que a hermenêutica é, pode-se tentar argumentar que Husserl tem uma hermenêutica, embora limitada. Assim, a aparente ausência de uma hermenêutica sistemática na obra de Husserl pode ser em função da inabilidade do leitor em encontrá-la e de sua falta de orientação em onde buscá-la.

Nesse espírito, este ensaio procura mostrar que Husserl tem uma teoria da compreensão e que ela começa com as *Investigações Lógicas*, sua “obra de ruptura” (XVIII, 8). Desde que ele não aprecia a palavra *teoria* aplicada às suas análises, como em “uma nova ‘teoria’, uma excitante interpretação, que deveria primeiramente ser testada, sabe-se lá como, ao final, talvez, por experimentos de pensamento” (XVII, 167), permita-se ser dito, de início, que por ‘teoria’ nada mais é visado aqui do que uma descrição coerente de um fenômeno, neste caso, o fenômeno da *compreensão*. O

² O autor indica entre parênteses o volume dos *Gesammelte Werke* de Husserl, a Husserliana, em numerais romanos, seguido do número da página. Cf. referências.

³ Salvo quando indicado, o termo ‘compreensão’ traduzirá, no restante do texto, ‘*understanding*’.

pré-juízo de que não há uma hermenêutica nas *Investigações Lógicas* de Husserl está ligado aos títulos dos seis estudos: *Expressão e Significação*, *A Unidade Ideal da Espécie e as Modernas Teorias da Abstração*, *Para a Doutrina dos Todos e das Partes*, *A Diferença entre Significações Independentes e Dependentes e a Ideia de Gramática Pura*, *Sobre Vivências Intencionais e seus “Conteúdos”*, e *Elementos para uma Clarificação Fenomenológica do Conhecimento*. Não há nenhuma investigação lógica sobre a compreensão. Contudo, na edição da Husserliana da Primeira Investigação, primeira e segunda edições, Husserl fala muitas vezes a respeito da compreensão, utilizando, em diversos momentos, o termo alemão para *compreensão* e suas variantes: *verstehen* (32 vezes [1 citada]), *Verständnis* (24 vezes), *verstanden* (8 vezes), *Verständnischarakter* (5 vezes), *Verstehen* (4 vezes), *verstehend* (4 vezes), *verständlich* (4 vezes), *Verständigung* (3 vezes), *Verständnishilfen* (2 vezes), *Verständnisakt* (1 vez), *Verständnisbewußtsein* (1 vez), *Verständnismoment* (1 vez), *verständlich* (1 vez), *verständnissvoll* (1 vez), *verstandesmäßig* (1 vez), *mißverstehen* (1 vez), e *unverstanden* (1 vez). A Primeira Investigação Lógica abrange as páginas 30-110 do volume XIX/1 da Husserliana. Ao empregar a expressão *Verstehen* e suas variantes 94 vezes ao longo de 81 páginas, Husserl fala, então, a respeito de algum aspecto da compreensão em uma média de mais de uma vez por página. Este é um argumento hermenêutico circunstancial, mas convincente, para buscar a hermenêutica de Husserl, iniciando pela Primeira Investigação Lógica. Para este propósito, as análises seguintes examinam cada um dos quatro capítulos, visando identificar sua questão hermenêutica.

2. Distinções hermenêuticas essenciais

O primeiro capítulo da Primeira Investigação Lógica é como um amplo catálogo de finas distinções. Husserl distingue (1) entre signos (*Zeichen*)⁴ como expressões (*Ausdrücke*) e signos como índices (*Anzeichen*) (§ 1-2), (2) entre remissão (*Hinweis*) e demonstração (*Beweis*) (§ 3-4), (3) entre expressões como signos significativos (*bedeutsame Zeichen*) em sentido estrito, pregnante, e expressões como signos indicativos (*anzeigende Zeichen*) em um sentido impróprio, inclusivo (§ 5), (4) entre a expressão em seu aspecto físico (*der Ausdruck nach seiner physischer Seite*) e a expressão em seu aspecto psíquico (*der Ausdruck nach seiner psychischer Seite*) (§ 6), (5) entre as expressões em uma função comunicativa (*die Ausdrücke in kommunikativer Funktion*) e as expressões na vida solitária da alma (*die Ausdrücke im einsamen Seelenleben*) (§ 7-8), (6) entre a aparição física da expressão (*physische Ausdruckserscheinung*), o ato doador de sentido ou conferidor de significação (*der sinngebende oder bedeutungsverleihende Akt*), e o ato preenchedor de sentido ou preenchedor de significação (*der sinnerfüllende oder bedeutungerfüllende Akt*) (§ 9–10), entre expressão (*Ausdruck*) e significação (*Bedeutung*) como unidades ideais (*ideale Einheiten*), (8) entre expressão e significação como unidades ideais e a objetividade expressa (*die ausgedrückte Gegenständlichkeit*) (§ 12), (9) entre significação (*Bedeutung*) e referência objetiva (*gegenständliche Beziehung*) (§ 13), (10) entre o conteúdo (*Inhalt*) como objeto (*Gegenstand*), o conteúdo como sentido preenchedor (*erfüllender Sinn*) e o conteúdo como sentido ou significação pura e

⁴ Os termos em alemão entre parênteses são do autor. Os termos em inglês entre colchetes retos – ‘[]’ – são indicações do tradutor.

simples (*Sinn oder Bedeutung schlechthin*) (§ 14), (11) entre os equívocos com respeito a se falar sobre 'significação' (*Bedeutung*) e ausência de significação (*Bedeutungslosigkeit*) em conexão com estas distinções (§ 15), e, finalmente, (12) entre significação (*Bedeutung*) e conotação (*Mitbezeichnung*) (§ 16). Ao final do capítulo, pode-se pensar que Husserl está multiplicado distinções além do necessário. De fato, ele está fazendo distinções a fim de resolver alguns dos mais renitentes problemas semânticos de Bolzano, Frege, Twardowski e Meinong, por exemplo, como pensar e falar de coisas que não existem, isto é, pela distinção entre ausência de significação e ausência de objeto, como no caso de *montanha de ouro* e *quadrado redondo* (XIX/1, 60).

É evidente que Husserl está lidando com uma teoria dos atos de fala bem antes de Austin e Searle, mas deve-se resistir à tentação de procurar por uma filosofia da linguagem na Primeira Investigação. Esperar encontrar, na Investigação, uma teoria da comunicação à la Derrida é igualmente errôneo. Seguindo os *Prolegômenos à Lógica Pura*, os estudos preliminares para as *Investigações Lógicas*, a preocupação central de Husserl na Primeira Investigação é identificar as unidades de significação ou sentido que tornam possível expressar e explorar os objetos da Lógica pura (XVIII, 230-258). Husserl inicia distinguindo entre signos como expressões, que possuem significação, e signos como índices, que não tem significação (XIX/1, 30-32). A distinção entre a remissão, que é não-intelectiva, e a demonstração, que é intelectiva (XIX/1, 32-37), prepara a distinção entre expressões como signos significativos e expressões como signos indicativos (XIX/1, 37-38). O ponto de inflexão vem com a distinção entre a expressão em seu aspecto físico, o signo sensível, e a expressão em seu aspecto psíquico, a vivência psíquica que a torna a expressão de uma significação, pois nesse contexto Husserl introduz os produtores de significação ou produtores de sentido, a saber, as vivências intencionais na forma de atos conferidores de significação ou doadores de sentido (XIX/1, 38-9). O ponto principal da distinção entre expressões em sua função comunicativa e expressões em sua função solitária não é negar a importância da comunicação (Husserl enfatiza que a comunicação é a função normal da fala), mas, antes, diferenciar clara e nitidamente entre os papéis dos atos conferidores de significação ou doadores de sentido, que são operativos em ambos, comunicação e solilóquio, e aqueles dos atos manifestativos e receptivos, que são operativos na comunicação, mas não no solilóquio (XIX/1, 39-43). A análise da conexão entre a aparição física da expressão, o ato doador de sentido e o ato preenchedor de sentido mostra que há três atos distintos operativos no caso de uma expressão significativa, embora eles formem uma unidade (XIX/1, 43-48). Contudo, o ato psíquico que torna a expressão significativa não é a significação da expressão, e isso motiva o giro da distinção entre atos para a distinção entre seus conteúdos, a saber, expressão e significação como unidades ideais (XIX/1, 48-51). O ato que confere significação à expressão também não é o ato que constitui a objetividade expressa (XIX/1, 51-54). Mas, expressões significativas funcionam bem sem referentes presentes ou existentes, de modo que a essência da expressão reside exclusivamente na significação (XIX/1, 54-55). A distinção crucial na Investigação, entre o conteúdo como objeto, o conteúdo como sentido preenchedor e o conteúdo como sentido ou significação pura e simples, mostra que o relato de Husserl a respeito da significação e da expressão supostamente fornece a identidade, objetividade e idealidade da significação ou sentido (XIX/1, 56-

57). Sua explicação mostra que é errado pensar que uma expressão apenas tem uma significação quando sua intenção de significação é preenchida, pois isso seria confundir significação e intuição, bem como intenção de significação e preenchimento de significação (XIX/1, 58-62). Portanto, é errôneo criticar a teoria da significação da Primeira Investigação Lógica como uma mera propedêutica para a teoria do conhecimento da Sexta Investigação Lógica, porque aquela realmente enfatiza a independência dos atos conferidores de significação e seus conteúdos dos atos preenchedores de significação e seus conteúdos (XIX/2, 544-581).

Contudo, o que Husserl fala a respeito da *compreensão* nesse capítulo? Bem, muita coisa. A questão hermenêutica deste capítulo é que o que é afinal compreendido quando a compreensão ocorre é uma significação ou sentido (diferente de Frege, Husserl utiliza *Bedeutung* e *Sinn* de forma sinônima [XIX/1, 58]), a significação ou sentido de um ato de consciência conferidor de significação ou doador de sentido. Isso é evidente a partir do fato de que Husserl diz muito cedo que ele está falando sobre expressões “compreensíveis” (XIX/1, 37). A conexão hermenêutica pode ser mais evidente com respeito às expressões em sua função comunicativa, porque é uma condição necessária para a comunicação que o ouvinte “compreenda” a intenção de comunicar do falante (XIX/1, 39). Husserl também aponta que há “compreensão” da manifestação e da recepção, embora este não seja um caso de conhecimento conceitual como no caso da asserção judicativa (XIX/1, 40-41). Por outro lado, Husserl diz que a “compreensão” também ocorre na vida solitária da alma, e ele mostra que está mais interessado nessa função da expressão significativa do que em seu papel na comunicação (XIX/1, 42). Novamente, Husserl diz que na fala comunicativa os atos conferidores de significação e os atos preenchedores de significação podem pertencer à manifestação, e que os primeiros formam “o núcleo mais essencial da manifestação”, pois o ouvinte “compreende” o falante somente pela ‘compreensão’ de que o falante está falando ao ouvinte (XIX/1, 45). Voltando-se da expressão “compreensível” como uma vivência concreta para a própria expressão, sua significação ou sentido, e sua objetividade associada, Husserl identifica o que é ‘compreendido’ na “compreensão” como a significação ou sentido de uma expressão, que é “algo idêntico”, “no sentido mais estrito da palavra”, em cada e toda instância (XIX/1, 48-51). Mesmo as conexões entre intenções e preenchimentos devem ser “consistentes com a compreensão” (XIX/1, 55). Contudo, Husserl repetidamente enfatiza a questão sobre a identidade da significação (XIX/1, 56, 58). Enfim, antecipando o capítulo seguinte, Husserl brevemente contesta a noção de que a “compreensão” da significação de uma expressão envolve “representações de significação” ou “imagens ilustradoras” (XIX/1, 62). Este capítulo não é voltado contra algo, mas, antes, em direção a tudo o que contribui para a delimitação da significação ou a determinação de sentido. Há muito sobre a compreensão neste capítulo porque, de acordo com Husserl, o que é afinal compreendido quando ocorre a compreensão é uma significação ou sentido idêntico.

3. Uma caracterização dos atos conferidores de significação envolvidos na compreensão

O segundo capítulo da Primeira Investigação Lógica proporciona uma caracterização dos atos que conferem significação às expressões, e fornece uma crítica da visão de que o papel de uma expressão é despertar certas imagens, ilustrações ou imagens mentais que regularmente a acompanham e servem como sua significação.

Husserl assinala que o fato de que as expressões verbais são frequentemente acompanhadas de imagens ilustradoras, que podem estar numa relação próxima ou remota com sua significação, não é uma base para se tratar tais imagens como condições necessárias para a compreensão [*comprehension*] (§ 17). Ele continua as análises dispondo os argumentos a favor e contra a visão mental-pictórica da significação, dando exemplos da matemática abstrata até a linguagem ordinária, e refutando a acusação de nominalismo contra a sua posição (§ 18). Ele também desenvolve sua tese central, a saber, de que, em virtude dos atos conferidores de significação, as expressões funcionam efetivamente, mesmo se são também realizados ou não atos preenchedores de significação ou imagens ilustradoras estão ou não em jogo, de modo que a significação emerge como independente da intuição (§ 19). Ele então explica como a função substitutiva dos signos, propriamente entendida, não é um argumento contra o fenômeno do pensamento sem intuição (§ 20). Em seguida, ele explica o papel da intuição na clarificação das significações e as verdades que se apoiam sobre elas (§ 21). De passagem, ele nota que o caráter peculiar dos atos de compreensão não deve ser confundido com o que alguns de seus contemporâneos, por exemplo, Alois Riehl (1844-1924) e Harald Höffding (1843-1931) chamaram de “caráter de familiaridade” (“*Charakter der Bekanntheit*”) ou de “qualidade de familiaridade” (“*Bekanntheitsqualität*”), respectivamente, porque *ser familiar com uma expressão e compreender seu sentido* podem ser duas coisas diferentes que não necessariamente acompanham uma a outra (§22). Enfim, o capítulo conclui com uma clarificação de como a apercepção desempenha diferentes papéis na expressão e na percepção (§ 23). O capítulo é detalhado em relação ao caráter dispensável dos atos preenchedores de significação ou ilustradores de significação, mas incompleto na caracterização dos atos conferidores de significação.

Husserl inicia argumentando que figuras ou imagens ilustradoras mentais não podem ser as significações de expressões, concretas ou abstratas, nominais ou categoriais, porque as primeiras variam enormemente, enquanto as últimas permanecem constantes, as primeiras são, no melhor dos casos, apenas remotamente relacionadas às últimas e, acima de tudo, as últimas funcionam perfeitamente bem na completa ausência das primeiras (XIX/1, 67-9). À objeção de que há imagens altamente evanescentes mesmo nos casos abstratos e categoriais e que elas poderiam mesmo ser “inobserváveis”, a resposta de Husserl é que as significações plenas das expressões persistem após todas tais imagens terem desaparecido, que, portanto, as significações destas expressões não podem consistir na presença de tais “significações” presumidas, e que a teoria das imagens “inobserváveis” é inverificável e mesmo absurda (XIX/1, 69-72). A questão é que as expressões podem funcionar significativamente sem intuições ilustrativas porque as expressões recebem sua significação não de imagens mentais de qualquer tipo, mas dos atos conferidores de significação ou doadores de sentido que são independentes não apenas de ilustrações, mas também de intuições, conscientes ou inconscientes, notadas ou não notadas, observáveis ou inobserváveis (XIX/1, 72-73). Ainda, a abordagem que tenta explicar o “pensamento sem intuição” em termos da “função substitutiva dos signos” é irrelevante para a questão de se uma expressão do pensamento é possível sem um acompanhamento de intuições ilustradoras, instanciadoras ou demonstrativas, porque o pensamento simbólico não-intuitivo e o pensamento simbólico que emprega conceitos operacionais substitutivos são duas

coisas diferentes (XIX/1, 73-75). Reservas quanto à necessidade de se recorrer às intuições correspondentes a fim de clarificar significações e conhecer verdades nelas fundadas são abordadas ao notar que, enquanto a ilustração intuitiva naturalmente promove clareza da expressão no caso de intenções de significação divergentes e de limites obscuros entre significações, não são os preenchimentos intuitivos subsequentes que conferem significações às expressões, mas as intenções de significação originais, e que algo similar se mantém para as verdades conceituais que são conhecidas por meio de uma análise das significações de suas expressões – em nenhum dos casos a significação é primeiramente adquirida por meio da intuição, e uma expressão que funciona simbolicamente também significa algo, isto é, a mesma coisa que uma expressão que tenha sido intuitivamente clarificada (XIX/1, 75-78). Além disso, a descrição fenomenológica fornece uma diferenciação entre os caracteres de atos que conferem significação mesmo nos casos em que falta uma ilustração intuitiva, de modo que diferenças descritivas emergem entre os caracteres de atos que conferem significações às expressões, por exemplo, quando o caráter de um ato muda com respeito a uma expressão equívoca ou quando uma expressão muda, mas o ato e a significação que ele confere não (XIX/1, 79-79). Enfim, a apercepção operativa nos signos significativos e a apercepção operativa nas apresentações intuitivas são diferentes, e os atos que conferem significações às expressões têm vários caracteres, o que pressupõe atos de apresentação intuitiva do signo, mas não do objeto visado por meio da significação, e também não de quaisquer ilustrações intuitivas do objeto (XIX/1, 79-82; XIX/2, 544-581).

Neste capítulo, Husserl diz muito a respeito da compreensão. O ponto hermenêutico do capítulo não é somente que a compreensão pode ocorrer na ausência de imagens, ilustrações e imagens mentais, mas também que ela pode ocorrer na ausência da intuição. Husserl rejeita as alternativas hermenêuticas que afirmam que a “compreensão” de uma expressão implica encontrar suas imagens mentais (*Phantasiebilder*)⁵ anexas ou mesmo identificar estas imagens mentais como seu significado (XIX/1, 68). Pelo contrário, ele assinala que a noção de que tais imagens são exigidas para a “compreensão” conflita com os fatos evidentes de como a “compreensão” de “palavras compreendidas” e de “signos compreendidos” ocorre (XIX/1, 68-69). Uma de suas observações contra a teoria da compreensão das imagens mentais é que as supostas imagens mentais são fugazes, enquanto “a plena compreensão da expressão, seu sentido pleno, vivo”, continua depois do desaparecimento das imagens e, portanto, não pode residir nestas (XIX/1, 69). Tais imagens sensíveis podem servir como “auxílios para a compreensão”, mas elas não podem fazer as vezes de significações ou de portadores de significação (XIX/1, 71). A posição de Husserl não é uma forma de nominalismo, porque ele não sugere que quando símbolos são “compreendidos” sem o auxílio de imagens anexas somente haja o mero símbolo, mas, antes, que “temos aí a compreensão, esta vivência de um ato peculiar, referida à expressão, tornando-a translúcida, conferindo-lhe significação e, com isso, referência objetiva” (XIX/1, 71). Assim, quando alguém ‘compreende’ um símbolo, não ‘compreende’ meramente uma marca sensível em uma página, mas, antes, o que aparece fisicamente conta como um signo que alguém ‘compreende’, e

⁵ A tradução literal de ‘*Phantasiebilder*’ seria ‘imagens da fantasia’. O autor utiliza a expressão ‘*mental pictures*’, traduzida aqui como ‘imagens mentais’.

na “compreensão” de alguém a significação reside no caráter de doação de sentido do ato que confere significação à expressão e sua relação a um objeto (XIX/1, 71-72). A “compreensão” ocorre sem intuição, e também assim o faz em casos nos quais alguém visa o que não é e o que não pode ser, pois mesmo a “ausência de sentido” (*Sinnlosigkeit*) que é “compreendida” como um contrassenso (*Widersinn*) constitui, ela mesma, um sentido (*Sinn*), pois pertence ao sentido do absurdo de uma expressão visar o que é objetivamente incompatível (XIX/1, 72). A função substitutiva dos signos é irrelevante para a questão do pensamento sem intuição porque ela é um caso especial da “consciência de compreensão” que torna os signos, em primeiro lugar, substitutivos, de modo que este caráter de ato é uma marca distintiva na vivência do signo, que é destituída de intuição, e, entretanto, “compreendida” (XIX/1, 73, 74). A necessidade de recorrer a intuições a fim de clarificar significações não compromete a distinção entre a apreensão “compreensiva” de um signo como uma palavra e a apreensão não-compreensiva de um signo como um signo vazio de sentido, mas, antes, ressalta o fato de que os atos conferidores de significação divergem e resultam em fronteiras indistintas de significação (XIX/1, 75-76). Diferentes tipos de atos conferidores de significação têm diferentes tipos de “caracteres de compreensão”, que governam diferentes tipos de “compreensão”, e os diferentes “caracteres de compreensão” não são explicáveis em termos de “caracteres de familiaridade” ou “qualidades de familiaridade”, porque algumas expressões são “familiares” mas não são “compreendidas”, e outras são “compreendidas” mas não são “familiares” (XIX/1, 78-79). Enfim, em conexão com a questão a respeito da relação entre “a apreensão compreensiva”, na qual a significação de uma expressão é realizada, e “a apreensão objetivante”, na qual surge a apresentação de um objeto, Husserl observa que ele não usa a palavra “compreensão” (*Verstehen*) no sentido estrito que assinala somente a relação entre um falante e um ouvinte, porque “o pensador monológico ‘compreende’ as suas palavras, e este compreender é, pura e simplesmente, o significar atual” (*Bedeutend*) (XIX/1, 80). Ele termina por antecipar a transição das análises do “caráter de compreensão da significação” dos atos conferidores de significação às investigações dos caracteres dos atos preenchedores de significação correspondentes (XIX/1, 81-82; XIX/2, 544-581).

4. Significações flutuantes das palavras, unidades ideais de significação e a compreensão bem-sucedida

O primeiro capítulo da Primeira Investigação Lógica distinguiu entre o ato de significar e a significação em si mesma, a unidade ideal da significação *vis-à-vis* a multiplicidade dos atos reais. O segundo capítulo tratou dos caracteres dos atos de significação. O terceiro capítulo enfoca as dificuldades postas por aquelas expressões cuja significação é flutuante, especialmente as expressões essencialmente ocasionais, porque elas ameaçam confundir a distinção entre os atos reais de significação e as unidades ideais de significação. O problema é que, embora a distinção entre o conteúdo que os atos de significação expressam em um sentido subjetivo e o conteúdo que os atos de significação expressam em um sentido objetivo seja clara em inumeráveis casos, por exemplo, no caso de todas as expressões que ocorrem no contexto de uma teoria científica apropriadamente exposta, há ainda outros casos, nos

quais a situação é diferente (§ 24). A distinção entre expressões que também manifestam o que nomeiam e aquelas que não o fazem produz o primeiro tipo de expressões, cujas significações variam de caso para caso, e elas são membros de uma classe mais ampla de expressões cujas flutuações de significação não representam casos de ambiguidade ordinária (§ 25). Husserl define as expressões “essencialmente subjetivas e ocasionais” ou “essencialmente ocasionais” como aquelas “em cujo caso é necessário orientar a significação atual segundo a ocasião, a pessoa que fala e a situação”, e as “expressões objetivas” como aquelas que “podem ser compreendidas sem precisarmos ter necessariamente em vista a pessoa que se expressa e as circunstâncias da sua elocução” (§ 26). Há vários tipos de expressões flutuantes, dado que a distinção entre expressões essencialmente ocasionais e expressões objetivas atravessa outras distinções envolvendo outras formas de ambiguidade, por exemplo, as distinções entre expressões completas e incompletas, entre expressões que funcionam normalmente e anormalmente, e entre expressões exatas e vagas (§ 27). Husserl pergunta se as variações na significação devem produzir uma distinção entre as significações em si mesmas ou se as variações podem ser atribuídas somente às flutuações nos atos de significação, e responde que, se se adere à visão das significações como unidades ideais, então se deve rejeitar uma distinção entre significações determinadas, fixas, e significações cambiantes, indefinidas, e situar todas as flutuações de significação não nas significações em si mesmas, mas nos atos de significação (§ 28). O capítulo conclui com uma explicação da Lógica pura que a diferencia da gramática e da psicologia e a define como “a ciência das significações enquanto tais, de seus tipos e diferenças essenciais, bem como das leis puras (portanto, ideais) que são fundadas nas significações”, uma ciência que inclui ambos, as significações ideais e seus correlatos objetivos, as coisas às quais as significações se referem (§ 29).

Inicialmente, Husserl cria um paradoxo, pois ele sugere que a solução para as dificuldades das expressões que são essencialmente flutuantes, ocasionais e vagas com respeito às suas significações reside na distinção entre os atos flutuantes de significação e as unidades ideais de significação em meio às quais eles flutuam, enquanto é precisamente essa distinção que estas expressões põem em causa (XIX/1, 83). Expressões podem, é claro, relacionar-se às vivências psíquicas atuais de alguém que as utiliza, assim como a seus objetos, e, desse modo, elas se dividem entre aquelas cujo conteúdo nomeado e conteúdo manifestado coincidem e aquelas cujo conteúdo nomeado e conteúdo manifestado divergem; entretanto, devido ao recobrimento parcial entre conteúdo nomeado e conteúdo manifestado, essa distinção pode ser feita em um sentido estreito ou amplo (XIX/1, 84-85). Para neutralizar a nitidez da distinção entre expressões essencialmente ocasionais e expressões objetivas (e evitar a conclusão de que algumas expressões não têm significações objetivas), Husserl também distingue entre a função geral da expressão e sua significação indicadora e a função particular da expressão e sua significação indicada, clarificando, assim, como expressões tais como pronomes pessoais, demonstrativos ordinários e designadores espaço-temporais possuem duas significações, uma ocasional e uma objetiva, “edificadas uma sobre a outra de uma forma peculiar” (XIX/1, 85-92). A descrição de Husserl das ambiguidades das expressões fornece a distinção entre expressões exatas, que têm as mesmas significações claras e definidas em todos os casos de sua

aplicação, e expressões vagas, que abrigam conteúdos de significação variantes, indefinidos e possivelmente confusos, e leva à conclusão de que a maior parte das expressões utilizadas na vida ordinária é vaga, enquanto todas as expressões integrantes de teorias e leis puras são exatas (XIX/1, 92-94). Husserl afirma que, a despeito do fenômeno da flutuação das significações, as significações em si mesmas não se dividem em objetivas, fixas e exatas de um lado, e subjetivas, cambiantes e vagas de outro, porque o conteúdo visado pelas últimas, com um sentido orientado segundo a ocasião, é uma unidade ideal de significação no mesmo sentido em que o conteúdo das primeiras, com um sentido desvinculado de qualquer circunstância, e que é possível, “idealmente falando”, substituir cada expressão subjetiva por uma expressão objetiva que preserve a identidade de cada intenção significativa momentânea, mas ele também admite que, por razões de complexidade, a substituição de tais expressões é não somente altamente impraticável, mas também completamente inviável, que é efetivamente impossível suprimir da linguagem as expressões essencialmente ocasionais e descrever as vivências subjetivas, e que, portanto, o ideal objetivista-racionalista da perfeita determinabilidade do sentido é infinitamente afastado da realidade (XIX/1, 94-97). Neste último capítulo, torna-se evidente que Husserl desenvolveu sua descrição das expressões, dos signos significativos, tendo em vista a realização de certa visão da Lógica pura como a ciência das significações e seus objetos enquanto tais: exatas, ideais, idênticas, objetivas e, assim, fácil e efetivamente intersubjetivamente comunicáveis (XIX/1, 97-101).

Neste capítulo, Husserl, mais uma vez, diz muito sobre a compreensão. Mas desta vez há um giro significante. Pela primeira vez na Primeira Investigação Lógica se torna evidente que a hermenêutica fenomenológica de Husserl atinge seus limites autoimpostos. É digno de nota que na primeira vez em que Husserl utiliza a palavra ‘compreensão’ neste capítulo é para fazer a distinção entre as expressões essencialmente ocasionais e as expressões objetivas. Assim, ele define as “expressões essencialmente ocasionais” como aquelas cujas significações atuais devem ser “compreendidas” em conexão com as ocasiões, falantes e situações nas quais as expressões ocorrem, e as “expressões objetivas” como aquelas cujas significações podem ser “compreendidas” sem se voltar a atenção para as pessoas proferindo-as ou para as circunstâncias das elocuições (XIX/1, 86-87). De acordo com Husserl, as expressões objetivas são “compreendidas” em virtude de suas significações enquanto tais, enquanto as expressões essencialmente ocasionais não são “compreendidas” dessa maneira, e também não em virtude de sua função particular ou de sua significação indicada, mas, antes, em virtude de sua função geral e de sua significação indicadora (XIX/1, 87-92). Ele postula algo similar nos casos de outras expressões flutuantes, por exemplo, expressões vagas, incompletas e anormalmente funcionais, argumentando que sem o “auxílio à compreensão” (*Verständnishilfen*) do contexto, uso e compreensão [*comprehension*] idiomática nenhuma compreensão [*understanding*] adequada ocorreria (XIX/1, 92-93). Uma vez que Husserl tenha concluído, ou assim ele pensa, com as expressões essencialmente ocasionais, ele mostra pouco interesse em questões de compreensão (XIX/1, 97). Isso só muda quando ele esboça sua ‘compreensão’ da Lógica pura como a ciência das significações enquanto tais (XIX/1, 98). Mesmo aqui, entretanto, ele não utiliza ‘compreensão’ e suas variantes em qualquer sentido hermeneuticamente pleno (XIX/1, 98, 100). A

exceção que prova a regra está no ponto em que Husserl declara que a Lógica precisa seguir o exemplo das ciências objetivas (XIX/1, 98), e indica que, na medida em que “o investigador objetivo” define expressões, o que interessa a ele ou ela não é a “compreensão” (*das Verstehen*), mas, antes, “o conceito” que conta para ele ou ela como uma “unidade de significação ideal”, bem como “a verdade, que se constrói ela própria a partir de conceitos” (XIX/1, 98-99). Assim, Husserl é muito claro a respeito do fato de que a sua explicação sobre o que acontece quando ocorre a compreensão não é apresentada como uma hermenêutica universal da compreensão, nem mesmo simplesmente da linguagem, mas, antes, como uma hermenêutica da Lógica pura e suas significações exatas, ideais, idênticas, objetivas e, assim, fácil e efetivamente comunicáveis intersubjetivamente. Finalmente, é digno de nota que Husserl não desenvolve sua inteira concepção das expressões ideais, idênticas, objetivas e suas significações para os propósitos do solilóquio consigo mesmo, mas, antes, para os propósitos da comunicação com os outros. Que alguém ‘compreenda’ a si mesmo no solilóquio é secundário, mas como outros ‘compreendem’ um ao outro na comunicação é primário.

5. Os conteúdos fenomenológico e ideal das vivências de compreensão

O quarto capítulo da Primeira Investigação Lógica visa finalizar a distinção entre a multiplicidade de atos reais de significação e a unidade dos conteúdos ideais de significação analisando as diferenças entre o conteúdo fenomenológico (*‘reell’*) e o conteúdo ideal (‘intencional’) das vivências de significação (XIX/1, 36, 411-413). A distinção entre o conteúdo da vivência expressiva em um sentido psicológico e o conteúdo da vivência expressiva em um sentido lógico mostra que pode haver consideráveis diferenças psicológicas também no lado da significação, assim como o mesmo caráter de ato das intenções de significação dota a expressão com a mesma significação (§ 30). Contudo, mesmo um caráter de ato invariante não é a significação, porque os atos reais são diferentes e múltiplos, enquanto os conteúdos ideais são únicos e idênticos, de modo que a estrita identidade da significação é suposta ser a identidade da espécie, a qual somente é suposta ser capaz de abarcar, como uma unidade ideal, a multiplicidade dispersa de singulares individuais, embora não no sentido de uma hipótese metafísica (§ 31). Assim, a idealidade das significações é considerada como um caso particular da idealidade do que é específico em geral e não como uma idealidade no sentido normativo de um ideal de perfeição, um valor-limite ideal *vis-à-vis* casos particulares que o realizam mais ou menos aproximadamente (§ 32). Os conceitos *significação* e *conceito* no sentido de “espécies” não coincidem; antes, as significações constituem uma classe de objetos universais ou espécies, e cada espécie, se ela for o sujeito de uma expressão, pressupõe uma significação na qual ela é apresentada, e esta significação é, por seu lado, em si mesma uma espécie (§ 33). No ato de significação, a significação é operativa, mas não temática, porque, se alguém realiza (‘vive em’) o ato, naturalmente se refere ao seu objeto e não à sua significação, de modo que a reflexão lógica não é requerida para a significação, idealizando e identificando significações idênticas em contextos unificados de pensamento, embora ela seja necessária para a abstração ideativa que fornece as significações como objetos (§ 34). Enfim, não há conexão necessária entre as unidades ideais que de fato funcionam como significações e os signos por meio dos quais elas são realizadas na

vida psíquica humana, pois, assim como há incontáveis números que nunca foram e podem nunca ser contados, e incontáveis verdades que nunca foram e podem nunca ser conhecidas, também há incontáveis significações que nunca foram e nunca serão expressas: há não somente significações expressas, mas também significações “em si mesmas” (§ 35).

O ponto fraco do capítulo anterior residia no argumento de Husserl de que as significações em si mesmas não se dividem em significações essencialmente ocasionais e significações puramente objetivas, e a deficiência do presente capítulo reside em sua posição de que a identidade de uma significação é a identidade de uma espécie. A distinção de Husserl entre o conteúdo da vivência expressiva de significação em um sentido psicológico, seu conteúdo fenomenológico (*‘reell’*), e o conteúdo da vivência expressiva de significação em um sentido lógico, seu conteúdo ideal (*‘intencional’*), é fácil de estabelecer, mas difícil de clarificar (XIX/1, 102-104). A noção de que a identidade da significação é a identidade da espécie pode justificar o fato de que significações idênticas são dispersas através de múltiplos atos, mas ela não pode fazer justiça ao fato de que significações não podem ser passivamente instanciadas em atos de significação, mas, antes, devem ser ativamente constituídas neles (a Primeira Investigação contém várias referências à doutrina da constituição [XIX/1, 32, 43-44, 47, 56, 59, 70, 72-74, 80, 98-99, 101, 106, 109], mas poucas menções à constituição das significações em si mesmas em atos de significação [XIX/1, 50, 58, 87, 90, 100]), de modo que é discutível se a identidade genuína, estrita da significação, para a qual Husserl reclama certa evidência, é aquela das espécies (XIX/1, 104-106). De fato, Husserl vacila na questão do quê são supostos ser, no caso de diferentes atos de significação e idênticos conteúdos de significação, os indivíduos das espécies: os próprios atos (*‘Akte’*) de significação, como na primeira edição, ou certos momentos do ato (*‘Aktmomente’*) de significação, como na segunda edição (XIX/1, 106). Em todo caso, é útil considerar a distinção entre a idealidade e identidade das significações como espécies e a idealidade e identidade das significações como ideais, mas não é proveitoso considerar a idealidade e identidade normativa como a única alternativa para especificar a idealidade e a identidade (XIX/1, 107). A distinção entre os conceitos *significação* e *conceito* no sentido de espécies é autoevidente (XIX/1, 108). Consistente com o sentido da palavra, Husserl aplica *‘intencional’* não apenas ao objeto visado por um ato de significação, mas também à significação por meio da qual o objeto é visado, e assinala que a reflexão lógica pode abranger ambos, a significação e o objeto (XIX/1, 108-109). Até este ponto, Husserl se concentrou nas significações que são significações de expressões no sentido relacional normal, mas, no quarto e último capítulo, ele traz a Primeira Investigação Lógica a um círculo completo com uma afirmação forte, porém especulativa, sobre a independência de algumas significações com relação às expressões, a saber, significações não expressas e significações inexpressáveis, de modo que, ao final, todas as expressões parecem ser inseparáveis das significações, mas algumas significações parecem ser separáveis das expressões (XIX/1, 109-110).

Neste capítulo, Husserl não diz muito a respeito da compreensão, mas o que ele diz sobre ela é importante. Ele apela ao fenômeno da *‘compreensão’* para argumentar a favor da distinção entre o ato real de significação e o conteúdo ideal da significação, argumentando que é este último que é compreendido quando ocorre a compreensão (XIX/1, 102-104). Ele também apela ao fenômeno da *“compreensão”*

para dar suporte à afirmação de que a identidade da significação é a identidade da espécie (XIX/1, 104-106). Por outro lado, a ‘compreensão’ desempenha um papel menor neste capítulo do que nos outros três capítulos da Primeira Investigação. Este capítulo tem o mínimo a dizer sobre a compreensão e é, assim, o menos útil e proveitoso para uma leitura hermenêutica da Primeira Investigação Lógica. Contudo, há uma interessante conexão entre a noção de significações ‘em si mesmas’ e a compreensão, na medida em que Husserl assume, além das significações que são expressas e, assim, compreendidas, significações que não são expressas e, desse modo, não são compreendidas, e mesmo significações que podem nunca ser expressas e, assim, nunca serão compreendidas. Isso resulta em uma noção de significação além da expressão e, assim, também além da compreensão, uma noção que conduz a problemas novos e especiais. Por exemplo, os limites do expressável e os limites do inteligível coincidem? São os limites em questão linguísticos? O que Husserl diria do *ditcum* de Gadamer de que “*Sein, das verstanden werden kann, ist Sprache*”⁶ (WM, 478)⁷?

6. O horizonte mais amplo para uma melhor compreensão da hermenêutica de Husserl

O projeto de Husserl nas *Investigações Lógicas* é clarificar “a relação entre a subjetividade do [ato de] conhecer e a objetividade do conteúdo do conhecimento” (XVIII, 7), isto é, explicar como conteúdos objetivos podem ser instanciados em vivências subjetivas e, no entanto, permanecerem objetivos e, assim, comunicáveis intersubjetivamente. O propósito de Husserl nos *Prolegômenos à Lógica Pura*, os estudos preliminares às *Investigações Lógicas*, é refutar o psicologismo lógico, a visão de que não há distinção rigorosa entre atos de conhecimento e conteúdos conhecidos, e, assim, que a psicologia seja a ciência primária e última da subjetividade humana, por meio de uma implacável aplicação da distinção entre os atos reais de pensar e os conteúdos ideais do pensamento (XVIII, 76-80, 96-105, 124-129, 131-158, 170-171, 173-183, 190-195, 218-221). A consequência lógica dessa linha de argumentação é encontrada na explicação da significação na Primeira Investigação Lógica, com sua forte ênfase nas distinções entre a expressão e o ato que a constitui, a significação e o ato que a constitui, e o objeto e o ato que o constitui (XIX/1, 43-57). Abrangendo linguagem, lógica e ontologia, a hermenêutica de Husserl nesta investigação se articula sobre o princípio: *da mera análise de palavras às coisas mesmas* (XIX/1, 10). Desde o início, Husserl afirma que os objetos da Lógica pura apresentam a si mesmos “em revestimentos gramaticais”, ou, mais precisamente, como “embutidos em vivências psíquicas concretas que, na sua função de *intenção de significação* ou de *preenchimento de significação* [...] pertencem a certas expressões linguísticas e formam com elas uma *unidade fenomenológica*” (XIX/1, 8). Assim, ele enfatiza “a necessidade de começar a lógica com discussões linguísticas” (XIX/1, 5-7) e “a indispensabilidade de uma co-consideração do aspecto gramatical das vivências lógicas” (XIX/1, 17-19). Entretanto, ele também destaca o reino das significações como o *medium* especial entre palavras e coisas, argumentando que uma análise empírica da

⁶ “O ser que pode ser compreendido é linguagem”.

⁷ GADAMER, Hans-Georg. *Wahrheit und Methode: Grundzüge einer philosophischen Hermeneutik* (1960). In: _____. *Gesammelte Werke 1: Hermeneutik I*. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1986.

linguagem não é um substituto para uma fenomenologia pura da consciência (XIX/1, 75-78). Assim, a abordagem de Husserl envolve um tipo de giro linguístico reverso, isto é, de uma análise da linguagem, via fenomenologia da consciência, a uma filosofia do ser. As significações e os atos conferidores de significação ou os sentidos e atos doadores de sentido definem o espaço hermenêutico em que a compreensão ocorre, e a explicação de Husserl sobre o que acontece quando ocorre a compreensão o enfoca.

Contudo, o estudo da hermenêutica de Husserl, tal como ela aparece na Primeira Investigação Lógica, é somente o primeiro passo rumo a uma compreensão sistemática de sua contribuição a esta disciplina. O caráter especial da Primeira Investigação Lógica com um *Urtext* exploratório e estimulante de hermenêutica fenomenológica emerge mais claramente quando se examina o lugar especial deste texto no contexto das *Investigações Lógicas* e de suas revisões subsequentes. Husserl descreve as *Investigações Lógicas* como uma “obra de ruptura e, por isso, não um fim, mas um começo” (XVIII, 8; cf. XX/1, 293-294). Após a publicação da primeira edição da obra (1900/1901), ele continuou seu trabalho sobre os tópicos das investigações, não com “suplementos”, mas com “reavaliações” (XVIII, 8). Por volta de 1905, tornou-se evidente que Husserl pretendia publicar uma edição revisada das *Investigações* (XIX/1, xxiii). Entre os Manuscritos de Seefelder de 1905-1907 (X, 237-268) e *A Ideia da Fenomenologia* de 1907 (II, 3-76), entretanto, Husserl estava assumindo seu giro da fenomenologia caracterizada como “psicologia descritiva” para a fenomenologia reconcebida como “idealismo transcendental” (XVIII, 12-13; XIX/1, 22-24; XX/1, 313; XXII, 203-208; XXV, 36 [cf. XX/1, xxx-xxxi]). Em 1911, as *Investigações Lógicas* estavam esgotadas e mal-entendidos sobre o trabalho estavam se tornando correntes (cf., por exemplo, XXII, 151-161). Assim, Husserl começou a considerar uma revisão do trabalho inteiro, em conexão com uma nova introdução à fenomenologia como filosofia transcendental que ele estava planejando e que apareceu em 1913 como *Ideias para uma Fenomenologia Pura e para uma Filosofia Fenomenológica, primeiro livro: Introdução Geral à Fenomenologia Pura*. Originalmente opinando que “uma [nova] série de exposições sistemáticas” tornaria supérflua “uma reedição da obra antiga” (XVIII, 9; XIX/1, xxvi), Husserl eventualmente conclui que o novo *Ideias* e as *Investigações* revisadas complementariam uma à outra enquanto programa e aplicações (XVIII, 9-10). Contudo, pareceu impossível a Husserl elevar o antigo trabalho ao nível do novo, e ele relata que pareceu “mais cômodo do que consciencioso” reimprimir o primeiro como ele estava (XVIII, 10). Desse modo, ele decidiu tentar um “caminho do meio” (*Mittelweg*), guiado por três “máximas para a revisão”, a saber, (1) não admitir nada para a nova edição que não fosse digno de um estudo rigoroso, (2) aprimorar tudo o que pudesse ser aprimorado sem mudar, de qualquer forma básica, o curso e o estilo do trabalho, e (3) elevar o leitor gradualmente, no progresso das exposições, a um nível superior de discernimento, seguindo a peculiaridade original do trabalho (XVIII, 10-11). Nesse contexto, Husserl lembra ao leitor que “o trabalho era uma *cadeia de investigações* sistematicamente ligadas, mas não propriamente um livro ou obra em sentido literário” (XVIII, 11).

Com vistas a compreender sua hermenêutica na Primeira Investigação, deve-se notar que Husserl aplica as máximas de revisão diferentemente às investigações (XVIII, 11-15). Os *Prolegômenos à Lógica Pura* foram “concebidos numa só peça” e, portanto, não foram radicalmente revisados (XVIII, 12). A introdução, com sua errônea

caracterização da fenomenologia como “psicologia descritiva”, entretanto, foi “radicalmente revisada” (XVIII, 12). A Segunda Investigação foi julgada correta no que realizou, embora pudesse ter ido mais longe (XVIII, 14). A Terceira e a Quarta Investigações emergiram como estudos com respeito aos quais a posição de Husserl, entre a primeira e a segunda edições, “não mudou” (XVIII, 14). Contudo, suas posições mudaram, e radicalmente, em uma série de pontos fundamentais na Quinta Investigação, por exemplo, sua negação anterior do *ego* puro, de modo que ele sujeitou essa investigação a “revisões de alcance profundo” (XVIII, 14-15). Para a Sexta Investigação, Husserl evitou “compromissos no sentido das [suas] ‘máximas’” e adicionou a ela séries inteiras de novos capítulos (XVIII, 15), de modo que ela não apareceu na segunda edição até 1921, enquanto a segunda edição das primeiras cinco Investigações foi publicada em 1913. Contudo, filosoficamente, a Primeira Investigação na segunda edição é um caso especial, e a intrigante observação de Husserl de que na segunda edição das *Investigações* ele deixou permanecer “erros individuais” (XIX/1, 10) é especialmente aplicável a ela.

De fato, Husserl, mais tarde, dirige três grandes críticas contra a Primeira Investigação Lógica, e elas correspondem às três grandes posições do capítulo II, III e IV, respectivamente. A primeira crítica tem a ver com a maneira pela qual ele lida com as expressões essencialmente ocasionais no capítulo III:

A maneira pela qual ela [a Primeira Investigação] lida com significações ocasionais (às quais aliás, bem vistas as coisas, pertencem todas as predicções empíricas) é um ato de violência – a consequência necessária da imperfeita apreensão, nos *Prolegômenos*, da essência da “verdade em si” (XVIII, 13).

Em *Lógica Formal e Transcendental* (1929), Husserl retorna ao mesmo tópico:

Consideremos, por exemplo, o vasto reino dos *juízos ocasionais*, o qual, no entanto, também tem sua verdade ou falsidade intersubjetivas. Essa verdade ou falsidade obviamente repousa sobre o fato de que a totalidade da vida diária do indivíduo e da comunidade é relacionada com uma *semelhança típica específica de situações*, tal que cada um que, como um ser humano normal, entre em uma situação particular, tem, por aquele mesmo fato, os *horizontes situacionais* pertencentes a ela e comuns a todos. Pode-se explicar estes horizontes subsequentemente, mas a *intencionalidade de horizonte constitutiva*, por meio da qual o mundo circundante da vida diária é, absolutamente, um *mundo experienciado*, é sempre anterior à sua explicação por alguém que reflete, e é essa intencionalidade de horizonte constitutiva que *determina essencialmente o sentido dos juízos ocasionais* – sempre, e para além do que, em cada caso, é dito ou pode ser dito expressamente e determinadamente nas próprias palavras (XVII, 207).

Neste ponto, Husserl adiciona: “Nas *Investigações Lógicas* ainda me faltava a doutrina da intencionalidade de horizonte, cujo papel determinante somente as *Ideias* estabeleceram” (XVII, 207). A esse respeito, é interessante que Husserl não use a palavra “horizonte” já em *A Ideia da Fenomenologia* (1907). Assim, seu despertar para

a importância da intencionalidade de horizonte na constituição da significação aparece em alguma data entre 1907 e 1913.

A segunda crítica é dirigida o fato de que a Primeira Investigação, comparada e contrastada com *Ideias I*, não distingue adequadamente entre os aspectos noéticos e os aspectos noemáticos da significação:

Como um outro defeito desta Investigação, somente compreendido e corrigido na conclusão do volume, deve ser mencionado que a distinção e o paralelismo entre o “noético” e o “noemático” não é ainda considerada (seu papel fundamental em *todos* os campos da consciência é estabelecido plenamente pela primeira vez em *Ideias*, mas ele já se apresenta em muitos argumentos individuais na última investigação do antigo trabalho). Por essa razão, o duplo sentido essencial de “significação” como uma Ideia também não chega a ser destacado. O conceito noético de significação é unilateralmente enfatizado, embora em algumas passagens importantes o conceito noemático devesse preferencialmente entrar em consideração (XVIII, 13-14).

Esta crítica se aplica mais diretamente ao capítulo II da Primeira Investigação, pois ele deveria ter sido o lugar lógico para introduzir e desenvolver a distinção em questão. Nomeadamente, em *Ideias I* Husserl introduz um novo e abrangente conceito de significação, para incluir não somente as significações das intenções de significação, mas também as significações dos preenchimentos de significação, revelando, assim, o reino do visado enquanto visado (*noema*) como um novo campo de investigação fenomenológica e permitindo uma investigação compreensiva das relações entre atos constituintes da consciência (*noeses*) e conteúdos constituídos da consciência (*noemata*) (III/1, 200-294).

A terceira crítica é ao fato de que na Primeira Investigação Lógica Husserl insiste que a identidade estrita da significação deve ser a identidade da espécie, e é um golpe direto em um dos temas principais do capítulo IV. Em sua descrição da “idealidade das formações lógicas tal como fazem sua aparição irrealmente na esfera lógico-psíquica”, especificamente em *Lógica Formal e Transcendental*, ele diz:

Há uma evidência original de que, em repetidos atos, parecidos ou similares, os juízos formados, argumentos, e assim por diante, não são meramente parecidos ou similares, mas, antes, *numericamente, identicamente os mesmos* juízos, argumentos, e assim por diante. O seu “aparecer” no reino da consciência é múltiplo. Os processos particulares formativos de pensamento – vistos objetiva-temporalmente como processos reais de seres humanos reais – são temporalmente externos um ao outro, individualmente diferentes e separados. Não é assim, entretanto, com os pensamentos que são pensados no pensar. Eles não aparecem na consciência, é claro, como algo “externo”. Eles não são, precisamente, objetos reais, objetos espaciais, mas, antes, formações irreais do espírito, e sua essência peculiar exclui a extensão espacial, a propriedade original da localização e a mobilidade. Como outras formações do espírito, entretanto, eles admitem uma corporificação física, em seu caso, uma corporificação pelos signos verbais sensíveis, e, assim, eles ganham uma segunda existência espacial (aquela da sentença falada ou escrita). Todo tipo de irrealidade, das quais a idealidade das significações e a idealidade das essências universais ou espécies que devem ser diferenciadas delas são casos particulares, tem maneiras de

participação possível na realidade. No entanto, isto de forma alguma altera a separação essencial entre o real e o irreal (XVII, 162-163).

Husserl continua: “clarificações mais profundamente penetrantes são indispensáveis aqui”, e “ao estudar e colocar em paralelo a evidência do real e do ideal” pode-se ganhar “uma compreensão da homogeneidade universal das objetividades – *como objetividades*” (XVII, 163). A fim de não deixar dúvida sobre a revisão de sua posição anterior a respeito da idealidade e identidade da significação, ele adiciona uma referência de nota de rodapé à *Experiência e Juízo* (1939): “Meus estudos lógicos, que devem aparecer em breve, irão conter a exposição substanciando esta distinção, ainda não realizada nos *Prolegômenos*” (§ 64c, 314-317). Ou, poder-se-ia acrescentar, na Primeira Investigação Lógica.

À luz da crítica de Husserl a respeito de suas posições anteriores sobre as expressões essencialmente ocasionais, os aspectos noemáticos da significação e a identidade da significação, poder-se-ia pensar que o único capítulo da Primeira Investigação deixado como digno de leitura é o primeiro. No entanto, isso poderia ser um equívoco, pois, como Husserl diz no prefácio à primeira edição das *Investigações Lógicas*: “Contra nenhuma coisa se é mais rigoroso do que com os erros emendados” (XVIII, 7). A questão é que a Primeira Investigação ainda contém, e especialmente na segunda edição, (ao menos) três grandes “erros” (ou “obscuridades”) que são “dignas de um estudo rigoroso” (XVIII, 10). Apesar de todos os seus erros, limitações, obscuridades e deficiências, a Primeira Investigação Lógica, por conseguinte, retém sua significância seminal como o texto fundacional da hermenêutica de Husserl, isto é, sua explicação sobre o que acontece quando ocorre a compreensão. Ele também fornece ao leitor a oportunidade de observar o autor compreendendo melhor a si mesmo num período tardio do que antes. Acima de tudo, deve-se lembrar que a hermenêutica de Husserl inicia com, mas não se detém na Primeira Investigação Lógica, ou mesmo nas *Investigações Lógicas*. Outras *Investigações Lógicas*, especialmente a Quinta e a Sexta, estão cobertas de referências à *expressão, significação e compreensão* (por exemplo, XIX/1, 419-425, 468-470, 544-581). O mesmo ocorre *a fortiori* para os textos suplementares que Husserl compôs em conexão com as revisões para a segunda edição da obra (por exemplo, XX/1, 1-84; XX/2, *passim*). O mesmo ocorre novamente nas *Lições sobre a Teoria da Significação* de Husserl de 1908 (por exemplo, XXVI, 9-38, 103-120). Dentro desse horizonte, torna-se evidente que, também com respeito à hermenêutica filosófica, a Primeira Investigação Lógica sempre foi somente uma protréptica, no sentido clássico da palavra:

Das cinco *Investigações* que preenchem a primeira parte do segundo volume, a primeira – *Expressão e Significação* – retém na nova edição seu caráter “meramente preparatório”. Ela faz pensar; dirige o olhar do fenomenólogo principiante aos primeiros e já muito difíceis problemas da consciência de significação, mas sem já lhes fazer plena justiça (XVIII, 13).

Assim compreendida, a Primeira Investigação serve como uma exortação aos leitores a fim de que sigam o caminho da hermenêutica fenomenológica. Portanto, há muito mais para a hermenêutica de Husserl do que a fixação puramente lógica sobre a determinidade de sentido. Na verdade, no final, que é somente um início, Husserl

conduz a um esboço, com *Ausdruck und Bedeutung*⁸, os *Grundzüge einer phänomenologischen Hermeneutik*⁹.

Referências

DERRIDA, Jacques. *La voix et le phénomène: Introduction au problème du signe dans la phénoménologie de Husserl*. Paris: Presses Universitaires de France, 1967.

GADAMER, Hans-Georg. *Wahrheit und Methode: Grundzüge einer philosophischen Hermeneutik* (1960). In: _____. *Gesammelte Werke 1: Hermeneutik I*. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1986.

HEIDEGGER, Martin. *Sein und Zeit* (1927). Tübingen: Max Niemeyer, 1977.

HUSSERL, Edmund. *Formale und transzendente Logik: Versuch einer Kritik der logischen Vernunft*. Husserliana XVII. Ed. Paul Janssen. The Hague: Martinus Nijhoff, 1974.

_____. *Logische Untersuchungen, Erster Band: Prolegomena zur reinen Logik* (1900/1913). Husserliana XVIII. Ed. Elmar Holenstein. The Hague: Martinus Nijhoff, 1975.

_____. *Ideen zu einer reinen Phänomenologie und phänomenologischen Philosophie, Erstes Buch: Allgemeine Einführung in die reine Phänomenologie* (1913), e *Ergänzende Texte (1912–1929)*. Husserliana III/1 e 2. Ed. Karl Schuhmann. The Hague: Martinus Nijhoff, 1976.

_____. *Logische Untersuchungen, Zweiter Band: Untersuchungen zur Phänomenologie und Theorie der Erkenntnis, Erster Teil* (1901/19132). Husserliana XIX/1. Ed. Ursula Panzer. The Hague: Martinus Nijhoff, 1984.

_____. *Logische Untersuchungen, Zweiter Band: Untersuchungen zur Phänomenologie und Theorie der Erkenntnis, Zweiter Teil* (1901/1921). Husserliana XIX/2. Ed. Ursula Panzer. The Hague: Martinus Nijhoff, 1984.

_____. *Vorlesungen über Bedeutungslehre: Sommersemester 1908*. Husserliana XXVI. Ed. Ursula Panzer. Dordrecht: Martinus Nijhoff, 1987.

_____. *Logische Untersuchungen, Ergänzungsband: Erster Teil (Sommer 1913)*. Husserliana XX/1. Ed. Ullrich Melle. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2002.

_____. *Logische Untersuchungen, Ergänzungsband: Zweiter Teil (1893/94–1921)*. Husserliana XX/2. Ed. Ullrich Melle. Dordrecht: Springer, 2005.

_____. *Untersuchungen zur Urteilstheorie: Texte aus dem Nachlass (1893–1918)*. Husserliana XL. Ed. Robin Rollinger. Dordrecht: Springer, 2009.

_____. *Erfahrung und Urteil: Untersuchungen zur Genealogie der Logik* (1939). Ed. Ludwig Landgrebe. Hamburg: Felix Meiner, 1948/1954/1972.

D.A.A.D. Research Ambassador
Professor, Philosophy Department
Merrimack College, USA
Email: heffernang@merrimack.edu

⁸ “Expressão e Significação” – título da Primeira Investigação Lógica.

⁹ “Fundamentos de uma hermenêutica fenomenológica” – subtítulo de *Verdade e Método*, de Gadamer.